

COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2000
OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A CELB – Companhia Energética da Borborema, ao completar o seu primeiro ano de atividades como empresa privada, tem a satisfação de apresentar suas realizações, adequadas às condições do seu mercado, o que se confirma pelos resultados alcançados.

Após a sua privatização, em novembro de 1999, a empresa divulgou a sua nova marca, que simbolizou o compromisso da administração em se empenhar, a cada dia, na implantação de programas para melhoria das suas atividades, tendo como principais objetivos a satisfação da demanda e a qualidade do atendimento a seus quase 120 mil consumidores, dos 6 municípios da sua área de concessão no Estado da Paraíba.

Pensando assim apresenta-se a seguir à apreciação dos Senhores Acionistas as principais ações implementadas ao longo de 2000, bem como os resultados alcançados, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

1 – Aspectos Administrativos

A CELB passou por uma profunda reformulação estrutural, dando ênfase à implantação de novos sistemas computacionais, desenvolvidos em linguagem de última geração, o que proporcionou mais agilidade e confiabilidade nas informações e maior eficiência no atendimento aos seus consumidores, com menores custos.

A empresa encerrou o ano com 196 empregados no seu quadro de pessoal, contra 271 em 1999, diferença que traduz, por um lado, o resultado do PDV - Programa de Desligamento Voluntário, concluído em abril de 2000, com 106 adesões, e, por outro lado, as admissões efetivadas para suprir carências de recursos humanos em algumas áreas operacionais.

Ao longo do exercício, a CELB inaugurou várias agências de atendimento ao público em pontos estratégicos de Campina Grande e, numa atitude inovadora, passou, também, a atender aos seus consumidores num escritório móvel, totalmente equipado com recursos necessários ao bom atendimento aos seus clientes.

Ainda para facilitar a comunicação, a empresa instalou uma nova e moderna central telefônica com o atendimento gratuito pelo sistema 0800 em toda a sua área de concessão, bem como passou a editar, trimestralmente, o informativo “Luz Total”, um jornal com informações úteis para todos os seus consumidores.

Em 2000, foi construído um novo alimentador de energia elétrica, com extensão de 20 Km, o que proporcionou uma grande melhoria no serviço fornecido ao distrito de São José da Mata e toda a região vizinha. Da mesma forma, e consistente com o seu programa de investimentos, a CELB automatizou a Subestação Catolé, visando maior rapidez na solução dos problemas e menos interrupções no fornecimento de energia elétrica. Em média, o consumidor atendido pela CELB ficou 15,55 horas sem energia em 15 vezes em 2000. As perdas de energia elétrica, por sua vez, situaram-se em 11,1 %.

A empresa, também, deu início aos trabalhos de automação de toda a sua rede de distribuição de energia elétrica com um moderno sistema de gerenciamento, que permitirá o detalhamento e o monitoramento de todas as suas instalações elétricas, tendo concluído, ao final do exercício, a primeira etapa do programa com a implantação de 11 chaves telecomandadas.

Dentre outras ações implementadas pela empresa ao longo de 2000, destaca-se, pela especial importância, a intensificação dos programas de eletrificação de áreas de baixa renda dos municípios atendidos, o que permitiu que 1.200 famílias pudessem ter o benefício do uso da energia elétrica.

Essas e outras realizações da CELB no exercício resultaram em investimentos de R\$ 9.903 mil, ou seja, 4,3 vezes maiores que os de 1999.

Os esforços da empresa vêm sendo reconhecidos pelas comunidades a que atende e pela conquista do prêmio de melhor empresa de energia elétrica do Nordeste, versão 2000, uma distinção conferida pela principal entidade do setor, a Abradee - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica.

A seguir, apresentam-se alguns indicadores de produtividade e informações relativas ao desempenho econômico-social da CELB:

Indicadores de Produtividade

	2000	1999	1998
Número de empregados	196	271	311
Número de consumidores	118.499	119.059	117.827
MWh vendidos por empregado	2.854	1.800	1.456
Consumidores por empregado	605	439	379

Balanco Social

	2000	1999
1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)		
1.1 - Receita Operacional Líquida	48.313	41.867
1.2 - Lucro Operacional (exclui R\$ 645 e R\$ 735 mil referentes às despesas de juros sobre o capital próprio, respectivamente, em 2000 e 1999)	3.549	3.290
1.3 - Folha de Pagamento	8.251	6.765
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	332	325
2.2 - Encargos Sociais	2.232	2.206
2.3 - Previdência Privada	180	228
2.4 - Saúde	238	259
2.5 - Educação	70	124
2.6 - Participação nos Resultados	119	-
2.7 - Outros Benefícios	55	135
Total - Indicadores Laboriais (2.1 a 2.7)	3.226	3.277
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	11.860	10.280
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	123	62
3.3 - Programa Luz no Campo	17	-
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	789	-
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	12.789	10.342
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	196	271
4.2 - Nº de admissões durante o período	25	1

2 - Mercado de energia elétrica

A CELB encerrou o exercício com 118.499 consumidores, 0,5 % a menos que em 1999, decréscimo esse oriundo de um intenso recadastramento realizado ao longo do ano, onde se identificou vários consumidores inexistentes que vinham sendo faturados. O consumo de energia elétrica no seu mercado próprio aumentou 5,8 % em relação a 1999, atingindo 511 GWh. A maior taxa de crescimento ocorreu na classe comercial, com incremento de 8,6 %. O consumo da classe industrial, que representou 51,3 % das vendas em 2000, registrou um aumento de 8,1 %. Por sua vez, o consumo residencial cresceu 3,8 %.

Em conseqüência, a receita operacional bruta atingiu R\$ 58.882 mil, 15,5 % maior que a de 1999. O referido incremento é decorrente do último reajuste de 10,5 % das tarifas da empresa, concedido a partir de junho de 1999, em três parcelas mensais e sucessivas, conjugado com o citado aumento de consumo no seu mercado.

3 - Resultados econômico-financeiros

A CELB apresentou um resultado dos serviços de energia elétrica de R\$ 5.400 mil, 82,6 % maior em relação ao de 1999. A geração de caixa medida pelo EBITDA e ajustada pelas provisões para contingências e devedores duvidosos, por sua vez, atingiu R\$ 9.217 mil, contra R\$ 8.488 mil, em 1999. O lucro líquido foi R\$ 2.255 mil, o que representa R\$ 17,81 por ação do capital social e uma rentabilidade de 14,5 % sobre o patrimônio líquido do ano anterior.

4 - Remuneração aos acionistas

A Administração proporá à Assembléia Geral a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 645 mil, à razão de R\$ 2,8339 por ação ordinária e R\$ 11,7650 por ação preferencial. Esses juros representam uma taxa de distribuição de 28,6 % sobre o lucro líquido apurado no exercício.

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2000 e 1999**
(em milhares de reais)

	2000	1999
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	58.882	50.997
Receitas não operacionais	181	114
Menos:		
Insumos		
Custo da energia comprada	23.326	19.033
Serviços de terceiros	3.195	3.280
Materiais	789	786
Outros custos operacionais	2.172	3.396
	<u>29.482</u>	<u>26.495</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>29.581</u>	<u>24.616</u>
Quotas de reintegrações	2.020	1.708
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>27.561</u>	<u>22.908</u>
Receitas financeiras	777	715
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>28.338</u>	<u>23.623</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	9.908	9.399
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	11.860	9.532
Transferências intra-setoriais	1.782	974
Juros	2.309	383
Aluguéis	104	756
Distribuição do lucro		
Juros sobre capital próprio	645	735
Participação dos administradores	119	-
Lucros retidos	1.611	2.092
Reservas de lucros/capital	-	(248)
	<u>28.338</u>	<u>23.623</u>

A Administração.

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2000 e 1999 (Em milhares de reais)

Ativo	2000	1999
Circulante		
Numerário disponível	285	1.054
Aplicações no mercado aberto	2	1.557
Consumidores e concessionárias	14.102	7.594
Títulos e outras contas a receber	1.989	1.438
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.108)	(810)
Estoques	338	146
Impostos a recuperar	813	603
Despesas pagas antecipadamente	30	15
	<u>15.451</u>	<u>11.597</u>
Realizável a longo prazo		
Adiantamentos e empréstimos - partes relacionadas	4.153	-
Depósitos e cauções vinculados	470	278
Créditos tributários	1.687	1.573
Titulos de créditos a receber	1.486	2.457
Outros	-	558
	<u>7.796</u>	<u>4.866</u>
Permanente		
Investimentos	110	90
Imobilizado	30.568	23.914
Diferido	902	-
	<u>31.580</u>	<u>24.004</u>
	<u>54.827</u>	<u>40.467</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2000 e 1999
(Em milhares de reais)

Passivo	2000	1999
Circulante		
Fornecedores	3.330	2.777
Encargos de dívidas	354	1
Empréstimos e financiamentos	1.197	351
Folha de pagamento	182	369
Juros sobre capital próprio/dividendos	939	900
Tributos e contribuições sociais	2.017	2.593
Encargos do consumidor a recolher	432	288
Obrigações estimadas	1.290	1.794
Outros	1.027	201
	<u>10.768</u>	<u>9.274</u>
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	10.237	574
Tributos e contribuições sociais	775	1.475
Imposto de renda diferido	888	1.067
Provisões para contingências	4.292	2.580
Contas a pagar à controladores	1.203	15
Outros	2	464
	<u>17.397</u>	<u>6.175</u>
Obrigações vinculadas à concessão	<u>9.502</u>	<u>9.468</u>
	<u>26.899</u>	<u>15.643</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	12.665	12.665
Reservas de capital	154	154
Reservas de lucros	4.341	2.731
	<u>17.160</u>	<u>15.550</u>
	<u>54.827</u>	<u>40.467</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2000	1999
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	55.563	48.533
Suprimento de energia elétrica	2.816	131
Outras	503	2.333
	<u>58.882</u>	<u>50.997</u>
Deduções à receita operacional		
Quotas para reserva global de reversão - RGR	117	312
Icms faturado	8.318	7.317
Pis e Cofins	2.134	1.501
	<u>10.569</u>	<u>9.130</u>
Receita operacional líquida	<u>48.313</u>	<u>41.867</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	9.908	9.399
Material	789	786
Serviços de terceiros	3.195	3.280
Energia elétrica comprada para revenda	19.430	17.090
Transporte de potência elétrica	3.896	1.943
Quota para a conta de consumo de combustível	1.665	662
Depreciação e amortização	2.020	1.708
Provisão para contingências	-	1.279
Outras despesas	2.010	2.762
	<u>42.913</u>	<u>38.909</u>
Resultado do serviço	<u>5.400</u>	<u>2.958</u>
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Renda de aplicações financeiras	278	238
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	499	477
Encargos de dívidas	(1.280)	(352)
Juros sobre o capital próprio	(645)	(735)
Atualização de provisão para contingências	(974)	-
Outras despesas financeiras	(374)	(31)
	<u>(2.496)</u>	<u>(403)</u>
Resultado operacional	<u>2.904</u>	<u>2.555</u>
Receita não operacional	181	114
Despesa não operacional	(266)	(111)
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre capital próprio	<u>2.819</u>	<u>2.558</u>
Contribuição social	(379)	(201)
Imposto de renda	(711)	(513)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre capital próprio	<u>1.729</u>	<u>1.844</u>
Participações dos administradores	(119)	-
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	<u>1.610</u>	<u>1.844</u>
Reversão de juros sobre capital próprio	645	735
Lucro líquido do exercício	<u><u>2.255</u></u>	<u><u>2.579</u></u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>17,81</u>	<u>0,02</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Em milhares de reais)**

	2 0 0 0	1 9 9 9
Origens de recursos		
Das Operações		
Lucro líquido do exercício	2.255	2.579
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
- Depreciação e amortização	2.020	1.708
- Valor residual do ativo permanente baixado	327	155
- Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	384	(162)
- Imposto de renda e cont. social sobre créditos temporários	(516)	(748)
- Provisão para contingências	1.712	1.279
	<u>6.182</u>	<u>4.811</u>
Dos Acionistas		
Aumento do capital por subscrição	<u>0</u>	<u>1.501</u>
De Terceiros		
Financiamentos captados	10.720	23
Contribuição de consumidores	34	124
Redução do realizável a longo prazo	-	1.745
	<u>10.754</u>	<u>1.892</u>
	<u>16.936</u>	<u>8.204</u>
Aplicações de recursos		
No investimento	20	30
No imobilizado	8.953	2.325
No diferido	950	-
No realizável a longo prazo	2.073	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	1.935	2.264
Juros sobre o capital próprio - em 1999 líquido do benefício de imposto de renda e contribuição social	645	487
	<u>14.576</u>	<u>5.106</u>
Aumento do capital circulante líquido	<u>2.360</u>	<u>3.098</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo Circulante:		
No início do Exercício	11.597	11.497
No fim do Exercício	15.451	11.597
	<u>3.854</u>	<u>100</u>
Passivo Circulante:		
No início do Exercício	9.274	12.272
No fim do Exercício	10.768	9.274
	<u>1.494</u>	<u>(2.998)</u>
Aumento do capital circulante líquido	<u>2.360</u>	<u>3.098</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999**

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Total
	Capital Social	Remuneração de		Reserva legal	Lucros a realizar	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
		imobilizações em curso	Outras					
Saldos em 1º de janeiro de 1999	6.872	4.193	99	198	441	-	-	11.803
Aumento do capital social:								
. Incorporação de reservas, conforme AGO/AGE de 29/04/99	4.292	(4.193)	(99)	-	-	-	-	-
. Subscrição de ações, conforme AGO/AGE de 29/04/99	1.501	-	-	-	-	-	-	1.501
Remuneração das imobilizações em curso	-	154	-	-	-	-	-	154
Realização de reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	(49)	-	49	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	-	49	(49)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.579	2.579
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício:								
. Reserva legal	-	-	-	129	-	-	(129)	-
. Juros s/o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	(625)	(625)
. Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros do capital próprio	-	-	-	-	-	-	(110)	(110)
. Imposto de renda e contribuição social sobre os juros do capital próprio	-	-	-	-	-	-	248	248
. Reserva estatutária	-	-	-	-	-	1.963	(1.963)	-
Saldos em 31 de dezembro de 1999	12.665	154	-	327	392	2.012	-	15.550
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(49)	-	49	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	-	49	(49)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.255	2.255
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício:								
. Reserva legal	-	-	-	113	-	-	(113)	-
. Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	(548)	(548)
. Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros do capital próprio	-	-	-	-	-	-	(97)	(97)
. Reserva estatutária	-	-	-	-	-	1.497	(1.497)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2000	12.665	154	-	440	343	3.558	-	17.160

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética da Borborema - CELB, concessionária de distribuição de serviços públicos de energia elétrica, atende a 118.499 consumidores (não auditado) nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba.

Em 30 de novembro de 1999, através de leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Companhia teve o seu controle acionário (84,92% do capital votante e 75,26% do capital total) adquirido pela Pbpert Ltda., empresa de propósito específico, controlada da Empresa Energética de Sergipe S/A – Energipe.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3 Principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários e estão registradas pelo valor atualizado da quota na data do balanço.
- b) A provisão para “créditos de liquidação duvidosa” foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
- c) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede o seu valor de mercado.
- d) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.
- e) Em função do disposto nas Instruções Gerais 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado até o exercício de 1999 para os juros sobre o capital próprio. Para o exercício de 2000, a Companhia deixou de calcular juros sobre capital próprio.
- f) O diferido está representado pelo custo de aquisição de sistema integrado, corporativo de planejamento e gestão de recursos adquirido em setembro de 2000. A amortização está sendo realizada pelo método linear, mediante a aplicação da taxa de 20% a a.
- g) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% determinado pela legislação vigente. A contribuição social foi

calculada à alíquota de 8% até abril de 1999, de 12% até janeiro de 2000 e de 9% a partir de fevereiro de 2000. O imposto de renda diferido, classificado no exigível a longo prazo, refere-se a lucro inflacionário acumulado.

- h) A Companhia reconheceu no exercício, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre despesas temporárias, no montante de R\$516 (R\$748 em 1999), classificados na rubrica “créditos tributários” no realizável a longo prazo.
- i) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- j) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- l) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos Vincendo	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 90 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total	
						2000	1999
Residencial	645	783	360	224	772	2.784	1.414
Industrial	1.555	155	130	337	1.645	3.822	2.779
Comércio, serviços e outras atividades	486	288	264	144	442	1.624	867
Rural	26	45	45	45	292	453	255
Poder público:							
Federal	87	55	76	32	99	349	191
Estadual	71	45	62	26	81	285	156
Municipal	30	20	27	12	33	122	67
Iluminação pública	26	158	73	-	-	257	129
Serviço público	44	2	1	-	-	47	66
Subtotal - consumidores	2.970	1.551	1.038	820	3.364	9.743	5.924
Concessionárias	1.546	-	-	-	-	1.546	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	2.813	1.670
Total	4.516	1.551	1.038	820	3.364	14.102	7.594

Do montante de R\$1.546 apresentado no quadro acima como Concessionárias, R\$1.393 compreende ao volume de energia comercializada no Mercado Atacadista de Energia (MAE), cujas atividades foram iniciadas em janeiro de 1999. Do valor de R\$1.393, R\$527 foi apurado de acordo com o extrato fornecido pelo próprio MAE, com o volume de energia comercializado até agosto de 2000 e, adicionalmente, a Administração da Companhia com base nas informações disponibilizadas pelo MAE e divulgadas pela ANEEL, provisionou o volume de energia comercializada no MAE para os meses de setembro a dezembro de 2000 em um total de R\$866.

5 Imobilizado

Composição dos saldos e taxas anuais médias de depreciação:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2000	1999
Imobilizado em serviço			
Custo:			
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações	5,29	30.093	27.223
. Comercialização	4,03	6.953	6.395
Administração	15,35	4.101	2.128
		41.147	35.746
(-) Depreciação Acumulada			
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações		(11.159)	(9.840)
. Comercialização		(2.803)	(2.569)
Administração		(966)	(900)
		(14.928)	(13.309)
Imobilizado em curso			
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações		4.081	1.398
. Comercialização		82	74
Administração		186	5
		4.349	1.477
		30.568	23.914

De acordo com os artigos n.ºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

6 Diferido

	2000
Custo de aquisição de softwares	950
Amortização acumulada	(48)
	902

7 Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com a Instrução Geral n.º 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e , a Instrução CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo Imobilizado em Curso, os seguintes valores:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Encargos financeiros contabilizados no resultado	1.529	368
(-) Transferências para o imobilizado em curso	<u>(249)</u>	<u>(16)</u>
Líquido	<u>1.280</u>	<u>352</u>

8 Empréstimos e financiamentos

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Em moeda nacional, com juros de 5% até 6,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel (Eletrobrás)	795	925
Em moeda nacional com juros de 10% a.a. acima da taxa CDI (Bradesco)	862	-
Em moeda estrangeira, com juros de 12,1925% a.a. mais variação cambial em dólares norte americanos (Unibanco)	<u>9.777</u>	<u>-</u>
Total	<u>11.434</u>	<u>925</u>
Parcela de curto prazo	1.197	351
Parcela de longo prazo	10.237	574

Os financiamentos estão garantidos com vinculação do faturamento da própria Companhia.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
2001		244
2002	1.055	135
2003	1.788	135
2004	1.691	30
2005	1.629	30
2006	1.630	-
Após 2006	<u>2.444</u>	<u>-</u>
	<u>10.237</u>	<u>574</u>

9 Obrigações vinculadas à concessão

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da Companhia.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes, por não se tratarem de dívidas efetivas, não devem ser considerados.

10 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social(*)	
	2000	1999	2000	1999
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.820	2.558	2.820	2.558
Adições permanentes	309	(246)	252	910
Base de cálculo	3.129	2.312	3.072	3.468
Alíquotas fiscais	25%	25%	9%	12%
Imposto de renda e contribuição social	782	578	276	416
Diferença de adicional de alíquota fiscal	(24)	(24)	48	(215)
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores	(11)	5	55	-
Incentivo fiscal (4% PAT e operações culturais)	(36)	(46)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>711</u>	<u>513</u>	<u>379</u>	<u>201</u>

(*) A contribuição social foi calculada no exercício de 2000 às alíquotas de 12% em janeiro e de 9% a partir de fevereiro. Em 1999, 8% até abril e 12% a partir de maio.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía créditos fiscais a compensar, relativos a diferenças temporárias conforme natureza e valores a seguir discriminados:

	2000		1999	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para contingências	1.033	1.033	1.033	1.033
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	3.833	3.325	2.757	2.852
Provisão para devedores duvidosos	368	368	810	810
Total	<u>5.234</u>	<u>4.726</u>	<u>4.600</u>	<u>4.695</u>
Alíquota aplicada	<u>25%</u>	<u>8%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Créditos tributários (imposto de renda e contribuição social)	<u>1.309</u>	<u>378</u>	<u>1.150</u>	<u>423</u>

Imposto de renda diferido

Composição do imposto de renda diferido	2000		1999	
Lucro inflacionário de anos anteriores	4.186	738	4.872	859
Realização do exercício	(686)	(121)	(686)	(121)
Base de cálculo	3.500	617	4.186	738
Alíquota fiscal (15% acrescido do adicional de 10%)	25%	6%	25%	6%
Imposto de renda diferido	<u>851</u>	<u>37</u>	<u>1.023</u>	<u>44</u>

11 Transações com partes relacionadas

	Pbpart Ltda	Energipe S/A	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Total	
				2000	1999
Saldos:					
. Juros sobre o capital próprio Líquido	(445)	-	-	(445)	(470)
. Conta corrente a receber (a pagar)	68	4.085	(1.203)	2.950	(15)
Transações:					
. Serviços contratados	-	-	249	249	-
. Aquisição de software de sistema integrado	-	-	950	950	-

As operações realizadas com partes relacionadas são efetuadas a preço e condições normais de mercado. Os contratos de conta com controladores estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes a 90% do CDI. A aquisição de softwares de sistema integrado e o serviço contratado estão suportados por contratos que foram submetidos ao conhecimento e aprovação da ANEEL.

12 Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária de 23 de outubro de 2000, foi aprovado o grupamento das ações em que se divide o capital social da Companhia na proporção de 1.000 (mil) ações por 1 (uma) ação nova da mesma espécie, classe e forma.

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 94.517 (94.517.524 em 1999) ações ordinárias e 32.127 (32.127.661 em 1999) ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos fixos de 10% ao ano.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

13 Dividendos

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Lucro líquido do exercício	2.255	2.579
Reserva legal	(113)	(129)
Realização da reserva de lucros a realizar	49	49
Lucro líquido ajustado	<u>2.191</u>	<u>2.499</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).	<u>548</u>	<u>625</u>
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos (líquido de impostos)	<u><u>548</u></u>	<u><u>625</u></u>

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesa financeira, conforme previsto na legislação fiscal, em contrapartida do passivo circulante. Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, o valor desses juros está sendo demonstrado como reversão na demonstração de resultado em contrapartida à conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A Administração irá propor o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$548 (R\$625 em 1999), líquidos da incidência do imposto de renda na fonte de R\$97 (R\$110 em 1999), que serão atribuídos aos dividendos do exercício, conforme segue:

Juros sobre o capital próprio:

Ações ordinárias (R\$2,4088 por mil ações)	409
Ações preferenciais classe "A" (R\$10,0003 por mil ações)	<u>139</u>
Total	<u>548</u>

14 Reserva de lucros a realizar

Constituída até 31 de dezembro de 1995, com base no saldo da correção monetária de balanço, sendo revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo dos dividendos, quando esses lucros são realizados mediante alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que se vinculam.

15 Reserva estatutária

Constituída pelo montante de lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e da distribuição de dividendos, limitada a 80% do capital, destina-se à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

16 Fornecimento de energia elétrica

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	Não auditado		Não auditado		2000	1999
	2000	1999	2000	1999		
Residencial	94.732	93.128	125.099	120.559	20.755	18.967
Industrial	361	483	262.352	242.592	18.275	16.307
Comercial	9.522	10.376	70.318	64.778	10.157	9.065
Rural	13.133	14.350	16.635	17.005	1.378	1.328
Poder público:						
. Federal	53	50	7.174	4.928	946	565
. Estadual	140	129	2.863	4.715	379	541
. Municipal	506	475	2.196	3.265	287	375
Iluminação pública	12	37	19.275	20.311	1.760	1.418
Serviço público	34	30	4.894	4.617	482	395
Consumo próprio	6	1	299	322	-	-
Subtotal	118.499	119.059	511.105	483.092	54.419	48.961
ICMS	-	-	-	-	(8.318)	(7.317)
Suprimento de energia elétrica	-	-	37.577	8.495	2.816	131
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	10.616	(3.838)	1.144	(428)
Outras receitas	-	-	-	-	503	2.333
Total	118.499	119.059	559.298	487.749	50.564	43.680

17 Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$1.095 (R\$454 em 1999), referente a remuneração dos administradores.

18 Provisões para contingências

Contingência	2000			1999		
	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
<u>Trabalhistas</u>						
Empregados	-	443	470	343	443	278
<u>Cíveis</u>						
Consumidores	-	200	-	50	200	-
<u>Fiscais</u>						
COFINS	507	1.004	-	497	497	-
INSS	1.205	2.645	-	1.440	1.440	-
Subtotal	1.712	3.649	-	1.937	1.937	-
TOTAL	(*) 1.712	4.292	470	(*) 2.330	2.580	278

(*) No exercício de 2000, R\$974 está contabilizado como atualização de provisão para contingências (despesas financeiras) e R\$738 em despesa de pessoal. Em 1999, R\$1.279 como despesa com provisão para contingências e R\$1.051 como despesa de pessoal.

19 Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

20 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Companhia não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

21 Contrato de concessão de distribuição

Em 4 de fevereiro de 2000, foi assinado o Contrato de Concessão nº 08/2000 - ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

22 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de um plano de complementação de aposentadoria, gerido pela BB Previdência, que tem por finalidade principal assegurar aos seus empregados a prestação de benefícios complementares ou assemelhados aos concedidos pela previdência oficial.

É adotado o “Plano de Benefício Definido” e o “Regime Financeiro de Capitalização” para o cálculo e acumulação de recursos necessários ao plano previdenciário.

A Companhia contribui mensalmente com 3,4 % sobre a sua folha de pagamento e a despesa do exercício, referente a esta contribuição totalizou em R\$180 (R\$228 em 1999).

O equilíbrio financeiro do plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, com o objetivo de se verificar se as contribuições estão sendo suficientes para a formação das reservas necessárias para o pagamento dos benefícios em curso e futuros.

Em 31 de dezembro de 2000, o plano apresentou superávit técnico no valor de R\$1.126 (R\$104 em 1999), conforme parecer atuarial constante do “Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios”.

Em 31 de dezembro de 2000, a posição atuarial do plano patrocinado pela Companhia era como segue:

Reservas Matemáticas

Benefícios concedidos	64
Benefício do plano	<u>64</u>
Benefícios a conceder	5
Benefícios do plano com geração atual	3.852
Outras contribuições da geração atual	<u>(3.847)</u>
Total reservas matemáticas - Passivo atuarial	<u>69</u>
Fundo de garantia (Ativos)	<u>1.195</u>
Superávit acumulado	<u><u>1.126</u></u>

23 Resultado por atividade

A Companhia somente exerce a atividade de distribuição de energia elétrica. Dessa forma, a demonstração do resultado atende ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética da Borborema - CELB:

(1) Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Energética da Borborema - CELB em 31 de dezembro de 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia Energética da Borborema - CELB em 31 de dezembro de 2000 e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 3 de março de 2000, não continha ressalvas.

Campina Grande, 20 de fevereiro de 2001

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-PB

José Domingos do Prado
Sócio-Diretor Responsável
Contador – CRC 1SP185087/O-0-S-PB